

# **A China no século XXI: alguns apontamentos sobre sua inserção nas cadeias globais de valor e sobre a internacionalização de seus capitais**

Laura Beraldo, estudante de doutorado do PPGE/ IE da UFRJ.<sup>1</sup>

Área 5: Estado e Nações: Economia Política do Capitalismo Contemporâneo .

Submetido às Sessões Ordinárias.

## **Introdução**

O objetivo desse trabalho consiste em analisar a fragmentação produtiva a partir do estudo das cadeias produtivas globais e da influência chinesa nesse processo. Esse fenômeno não é exatamente novo, mas ganha intensidade nos primeiros anos do século XXI e coloca novos desafios à análise do capitalismo. Trataremos, também, do crescimento dos investimentos externos chineses, sobretudo, para o Brasil, no pós-crise de 2008.

Na primeira parte, apresentaremos as principais características da fragmentação produtiva e seus efeitos na acumulação de capital e na divisão internacional do trabalho. Na seção seguinte, observaremos a trajetória chinesa no século XXI nas cadeias globais de valor e sua estratégia de inserção mais autônoma. Nas duas últimas seções, analisaremos o movimento de expansão dos capitais chineses no mundo e no Brasil. Por fim, apontamos alguns elementos

## **A internacionalização fragmentada do capital e a cadeia global de valor**

A cadeia global de valor<sup>2</sup> (CGV) é termo, em geral, usado para analisar o fatiamento e a dispersão hierárquica pelo mundo dos processos envolvidos na produção de uma mercadoria desde a sua concepção até o consumo final, seja por meio da distribuição de estágios de produção de uma empresa entre diferentes países ou através da terceirização desses momentos da produção para outras firmas. Esse conceito busca compreender os processos de criação e captura do valor adicionado<sup>3</sup> e as modificações no comércio internacional, pois parte relevante da troca internacional

---

1 Esse trabalho é resultado dos estudos feitos nas disciplinas que cursei ao longo do segundo semestre de 2016.

2 “Hoje se considera até o termo “cadeias” defasado, pois os sistema está mesmo organizado em termos de redes internacionais de produção entre firmas, indústria e países. “A mudança do foco de “cadeia” que remete a algo sequencial, para “redes” reflete a crescente complexidade das interações entre produtores e fornecedores” (OCDE/ OMC, 2013, p. 17).” (Reis e Almeida, 2014)

3 Aqui é importante destacar que trata-se do conceito de valor adicionado de uma empresa, definido como o valor da sua produção menos o valor dos bens intermediários adquiridos para produzir, que tem origem na contabilidade nacional sob influência da teoria keynesiana.

passa ocorrer entre as empresas espalhadas no globo. Observa também a relação entre as firmas líderes e suas subcontratadas, as políticas governamentais e suas estratégias voltadas para manter ou melhorar suas posições na economia global. Corrêa, Fiani e Pinto (2016) comentam que “[a]pesar dessa perspectiva ampla, a teoria da CGV tem dado pouca relevância à regulação do direito de propriedade intelectual (marcas comerciais, patentes, indicações geográficas etc) e seus efeitos sobre as possibilidades de upgrading.” (p. 4)

O processo de fragmentação internacional da produção e formação das CGVs se tornou significativo como estratégia de internacionalização das grandes corporações nas últimas duas décadas <sup>4</sup>, motivadas pela ampliação da concorrência, pela busca de maiores taxas de valorização. Com a crise do capital dos anos 1970, o formato de organização do capitalismo se altera respondendo aos desafios posto pela dinâmica da acumulação. Fontes comenta que

Os conglomerados em expansão – e sua lógica interna fortemente corporativa – tornavam-se lentos e pesados para as exigências da acumulação na nova escala. Tratava-se de assegurar o papel dos proprietários – ou seja, garantir a centralidade máxima da valorização do valor – sobre qualquer outra instância, inclusive a empresa. Assim como o imperialismo não eliminou a concorrência interimperialista, também o capital-imperialismo não eliminaria as grandes corporações, porém modificaria seu perfil, adequando-o ao de centros internamente competitivos de produção de valor, ou de valorização do capital. (Fontes, 2010, p.197)

A internacionalização sob o formato da fragmentação das cadeias reorganiza a produção e o comércio em torno de redes globais e regionais e altera a posição dos países dependentes no cenário internacional. Dessa forma, esse movimento se torna relevante para a compreensão do capitalismo contemporâneo em geral, do desenvolvimento chinês e dos países dependentes, na medida em que modifica a divisão internacional do trabalho (DIT) e altera a geopolítica de diversas regiões.

Desde o início da década 2000, o estudo das cadeias globais de valor se constitui enquanto um campo específico composto por pesquisadores, sobretudo, da área de organização industrial e do desenvolvimento. A simples observação da pauta exportadora segundo o nível tecnológico, por exemplo, via indicadores de produção industrial e comércio externo pode não ser tão relevante como antes. Nesse sentido, Medeiros e Mazat destacam que

GVCs expanded rapidly after 2000, and this coincided with an increase in the technological sophistication of developing country exports and higher rates of GDP growth. Primary exports accounted for 75% of developing country exports in 1980. By 2010, this percentage had fallen to around 35%, with the share of manufactures in developing country exports increasing from 9% to 46% (UNCTAD 2015). Most of this change, however, reflected

---

4 Castilho, Corrêa e Pinto, 2016, p. 5

changes in East Asia, as the export structure of Africa and Latin America changed little in the period. UNCTAD researchers pointed out in the early 2000s that the increasing sophistication of developing country exports was largely a “mirage” (UNCTAD 2015, p. 7), as it involved a heavy reliance on imported inputs. (Medeiros e Trebat, 2017, p.14)

Grande parte do valor adicional dessa produção exportada, em geral, é capturado por outras localidades e firmas, dependendo da posição do país em questão nas CGV. Dessa forma, “[o] nexo entre o avanço na pauta exportadora e a agregação de valor, entretanto, é bem menos evidente.” (Nogueira, 2012, p. 7). Os exemplos clássicos são as maquilas mexicanas e a produção dos produtos Apple. Nesse último caso, diversos estudos mostram que a China, lugar onde o iPods termina de ser produzido, fica com uma parte muito pequena do valor adicionado.

Os dados do relatório da UNCTAD de 2013 e estudos subsequentes apontam que a segmentação do processo produtivo e seus condicionantes permitiram que os proprietários dos ativos intangíveis como marca, desenho e projeto, comercialização e tecnologia se apropriassem de uma parcela maior do valor adicionado em determinado processo produtivo. Esses são conhecidos como empresa líder, ator principal das cadeias.

A expansão dos direitos de propriedade possui caráter forte especulativo e de ganho oriundo do simples título de propriedade, o que poderia colocar em questão a própria acumulação<sup>5</sup>. No entanto, assim como nas “finanças”, essa separação e distanciamento entre o proprietário da marca e da tecnologia e a produção pode também potencializar essa última. Compreender esse fenômeno em sua complexidade é fundamental para não entrar em falsas dicotomias como finanças versus indústria, bastante comum na literatura de análise do capitalismo contemporâneo<sup>6</sup>.

A maior parte das firmas líderes está baseada nos Estados Unidos, no Japão e em alguns países da Europa Ocidental, com algumas exceções. Ao longo dos anos 1990, um conjunto de legislação fortaleceu os direitos de propriedade, contribuindo para consolidar as posições desses países. Outro ator importante e que detém fatia considerável do valor adicionado são as plataformas tecnológicas líderes, importante sobretudo na cadeia de eletrônico em que, por exemplo, a Intel é referência<sup>7</sup>.

---

5 Medeiros e Mazat (2017), a partir do referencial teórico dos clássicos, destacam a formação de preços de monopólio e das rendas absolutas. Argumentam que: “Two sources of rents associated with services and particularly relevant for the world division of labor through GVCs are finance and intellectual property rights (IPR). They did not emerge to solve productive necessities or stimulate growth but to enlarge the value appropriated by transnational corporations (TNCs) in an era of slower economic growth. New financial products have developed through speculative and gambling activities financed by credit. Rather than stimulate productive investment, these activities increased the profitability of banks and financial capital. The extension of property rights to intellectual, manufacturing and service activities are not a necessity required by innovation but an institutional device to increase monopoly rents.” (p.6)

6 “Na nova forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, pornograficamente entrelaçadas.” (Fontes, 2010,p.198)

7 Nogueira,(2012)

As atividades padronizadas, como a montagem, a produção de determinadas peças e compra de outras e as demais que requerem baixa qualificação, ficam sob a responsabilidade das empresas terceirizadas, as *electronics manufacturing services*, (EMS). Para aumentar o valor adicionado que se apropriam, algumas produzem também algum serviço de desenho de produtos cuja marca não detêm, essas são conhecidas como *original design manufacturing* (ODMs). Essas firmas, com sedes em Taiwan, em Cingapura, nos Estados Unidos<sup>8</sup>, no Canadá e outros, cresceram em ritmo intenso como resultado da internacionalização das grandes companhias via as CVGs<sup>9</sup>.

As EMS e as ODM, por sua vez, em um movimento de internacionalização produtiva que parece semelhante ao dos anos 1950/1960, se instalam em diferentes regiões periféricas. Essas unidades produtivas, em alguns casos no formato de subcontrato, constituem o quarto elo da cadeia, sendo o valor adicionado internamente por esses países o mais baixo. Em suma, “The key to this arrangement, and one of the main sources of higher rents, is that suppliers usually operate in a more competitive environment than the lead firm itself”. (Medeiros e Trebat, 2017, p. 9)

Assim, a fragmentação produtiva remodela a concorrência entre os capitais de diferentes tipos e origens e entre os trabalhadores. Depois dos anos 1980, o poder de barganha dos trabalhadores foi bastante reduzido, não apenas pela concorrência cada vez mais intensa, tornando a determinação do valor da força de trabalho cada vez mais mundial, mas também pela repressão e dificuldades de se organizar em uma estrutura fragmentada.

Os conglomerados, em seu formato anterior, poderiam configurar também um risco para o capital, dada a altíssima concentração de trabalhadores que promoviam. Em vários sentidos, as revoltas de 1968 e dos anos seguintes soaram o sinal de alerta. Em finais da década de 1970, com Thatcher na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos, o ataque aberto aos sindicatos mais combativos dos países centrais contava com a experiência da concorrência internacional imposta por essas empresas e frentes móveis aos trabalhadores. (Fontes, 2010, p. 197)

Além de alterar a concorrência, modifica a forma de como cada país atua na divisão internacional do trabalho, tornando-a ainda mais hierarquizada. Nesse sentido, Medeiros e Trebat, 2017 apontam que

This hierarchical division of labor generates wild competition at the lower value-added stages of production, where low wages and low profit margins prevail for workers and suppliers operating out of export processing zones in underdeveloped countries. At the top of the hierarchy another kind of

---

8 “É importante notar que os Estados Unidos vêm em segundo lugar como país-sede de empresas de montagem, o que significa atestar que o país é não só sede das principais empresas líderes, mas também fica em segundo lugar como sede de empresas de montagem.” (Nogueira, 2012, p.13)

9 Um elemento a ser investigado é a imbricação proprietária que os capitais dessas diferentes empresas possuem.

competition prevails, centered on the ability to monitor and control intellectual property rights related to innovation, finance, and marketing (Medeiros e Trebat, 2017, p.3)

Nesse contexto, observar as inserções dependentes nas cadeias dos países em desenvolvimento pode contribuir para a compreensão das diferentes trajetórias recentes e as proposições de políticas industriais. Em alguns casos, a participação nessas cadeias produtivas favoreceu o crescimento do produto e das exportações. Em outras vias, os efeitos produtivos prolongaram-se, gerando alterações na composição da estrutura produtiva e na inserção nas cadeias<sup>10</sup>.

Corrêa, Castilho e Pinto (2016) argumentam que, apesar da inserção de países dependentes nas cadeias contribuir para a criação de emprego e produto para mudanças da estrutura produtiva e da pauta exportadora, esse movimento de industrialização se dá de forma superficial e restrita. Isso porque a expansão fragmentada faz com que haja somente a transferência de alguns elos da cadeia, tornando a endogenização tecnológica mais complicada. Além de ampliar a concorrência entre os países dependentes para a inserção em cada etapa da cadeia. Nesse sentido, Medeiros e Mazat apontam, com isso, que “[t]he emergence of China and other low cost manufacturers generated fierce competition and commodification in all activities in which knowledge could not be appropriated and monopolized.” (p.13).

Corrêa, Fiani e Pinto (2016) comentam que essa divisão do trabalho coloca novos desafios a industrialização distintos das décadas anteriores. Com o fatiamento do processo produtivo e sua fragmentação geográfica, torna-se mais difícil internalizar todos os elos da cadeia produtiva, os países “*em desenvolvimento*” acabam se especializando em algumas etapas da produção. Dependendo da etapa e cadeia em que a especialização vertical ocorre, há menor ou maior possibilidade de gerar efeitos no restante da economia e estimular mudanças na estrutura produtiva.

Dessa forma, a manutenção dos ganhos da inserção, ao longo do tempo, exige uma ascensão funcional e/ou de cadeia. Corrêa, Castilho e Pinto (2016), estudo comparativo, apontam dois padrões de comportamento de países que obtiveram significativa mudança estrutural seguido da elevação na participação das cadeias.

O primeiro refere-se aos países que avançaram em termos de upgrading funcional. Entre esses países, têm-se os desenvolvidos, onde foi iniciado o processo de fragmentação da produção, com as grandes corporações restringindo suas atuações às atividades intensivas em conhecimento. Percorrendo esse mesmo caminho, têm-se também os Tigres Asiáticos, Índia

---

10 Sobre a inserção dos países em desenvolvimento e os upgrading na cadeia produtiva, ver, por exemplo, os debates nos últimos textos de discussão do IE/UFRJ : Castilho, Corrêa e Pinto, (2016), Corrêa, Fiani e Pinto (2016), Medeiros e Trebat,( 2017)

e alguns países do leste europeu. Nos dois primeiros, a participação dos serviços em suas estruturas produtivas é significativa, evidenciando a maior sofisticação das atividades desempenhadas nas cadeias e com grande efeito de transbordamento sobre a economia. O segundo caminho refere-se àqueles que avançaram em termos de upgrading de cadeia. Estes países embora desempenhem atividades pouco intensivas em conhecimento, o efeito positivo da atuação em cadeias mais sofisticadas sobre o estágio produtivo foi possibilitado por se encontrarem em estágios iniciais e com isso, a participação nas cadeias contribuir para a decolagem e aprofundamento de seus processos industrializantes. A continuidade da mudança estrutural em direção a estágios ainda mais elevados requer uma sofisticação inclusive das atividades desempenhadas e com maior potencial de endogenização tecnológica. (Corrêa, Castilho e Pinto, 2016, p.34)

Tendo isso em vista, as desregulamentações e aberturas de mercados, privatizações, a generalização da legislação internacional de direito a propriedade e patentes, processos fundamentais para a expansão fragmentada dos capitais, geraram efeitos importantes nos países dependentes, na medida em que amplia a dependência externa.

Vale destacar ainda que internacionalização via fragmentação da cadeia produtiva não são exatamente um fenômeno novo, ao menos desde 1980, tal movimento se apresenta como relevante. A novidade está no ritmo e na complexidade, em termos geográficos, setoriais, funcionais, que adquiriam nos últimos anos, tendo as transformações chinesas importante papel.

A China consolidou-se como um ator central nas cadeias globais de produção. Não fosse pela redução de custos globais de produção proporcionada pela escala, pela infraestrutura produtiva e pelo grau de exploração do trabalho garantidos no país, estas cadeias não teriam alcançado a dimensão atual. Algumas particularidades do momento histórico do desenvolvimento capitalista chinês, como a migração em massa campo-cidade e o controle migratório via registro de moradia (hukou), permitiram a consolidação de gigantescas fábricas-dormitório na costa chinesa e um rápido fortalecimento dos produtores contratados, especialmente de Taiwan. (Nogueira, 2015, p. 46)

Além disso, a redução dos custos de transporte (em especial, nas cadeias em que há uma relação valor-peso alto), a difusão das tecnologias da informação e comunicação, a mudança no padrão técnico-produtivo com a introdução e difusão dos processos que permitem a modularidade e a codificação (isso aconteceu, principalmente, na indústria de eletrônico), a disseminação do forte aparato jurídico de proteção aos diferentes tipos de propriedade, entre outros elementos, permitiram que a estratégia de internacionalização dos grandes conglomerados ocorresse de forma fragmentada e descentralizada, terceirizando etapas da produção, reduzindo custos e aumentando suas margens de lucro.

A trajetória chinesa tem sido objeto de pesquisa em países “*em desenvolvimento*”, na medida em que ela não ficou restrita às indústrias de processamento de manufaturas, com baixo progresso técnico, como a grande parte desses países. A seguir apresentaremos alguns elementos do processo chinês e sua influencia e expansão na acumulação mundial.

## **A China no século XXI**

O final do século XX foi marcado econômica, política e ideologicamente pelo colapso da União Soviética e o desmantelamento da estrutura sócio-econômica e a extraordinária ascensão chinesa, afirmando-se enquanto uma importante força geopolítica. A crise dos anos 1970, a guerra fria, a pressão por novas formas e espaços de valorização para volumosas massas de capitais, altamente concentrados, e de expansão das diferentes formas de expropriação são elementos presente no contexto de desmonte das experiências socialistas. Fontes (2010) comenta que:

Quando termina a Guerra Fria? Oficialmente, seu término é datado entre a derrubada do muro de Berlim, em finais de 1989, e a dissolução da União Soviética, em finais de 1991. No entanto, a pressão dos capitais concentrados para incorporar novos espaços para a sua valorização já vinha alterando seus contornos desde o início da década de 1970. (...) (Fontes, 2010, p. 191)

A China e a URSS, assim como os demais países de origem socialista, se tornaram importantes fronteiras de expansão capitalista, a partir da década de 1980. Além de novas áreas de valorização do capital, as expropriações de terra e dos direitos básicos do antigo modo de produção introduziram um número enorme de pessoas no mercado, enquanto vendedores de sua força de trabalho e consumidores de mercadorias, influenciando no formato da acumulação capitalista desde então. Vejamos o movimento da economia chinesa.

Medeiros (2013) destaca que “o que distingue a experiência chinesa em confronto com outras experiências de transição institucional é a superposição desses processos sem que a industrialização, a máquina de crescimento essencial da China, tivesse sofrido solução de continuidade”. (p.345 ). Aponta, com isso, que o processo de transição de uma economia socialista para a consolidação do capitalismo chinês ocorreu sem que interferisse negativamente no crescimento e na industrialização do país.

Em geral, as leituras amplamente difundidas da história econômica recente da China difundem argumentos como a “a China é resultado apenas da vontades dos investidores estrangeiros”, “o processo de reforma é começa com a abertura de capital e depende dele ” ou “o crescimento chinês é meramente export-led”. Proposições essas que foram questionados pelos

estudos de alguns pesquisadores. Nesse sentido, por exemplo, Medeiros (2013) argumenta que, apesar do consenso em torno do extraordinário crescimento chinês a partir das reformas e abertura de Deng Xiaoping de 1978, as condições prévias, fruto do período socialista, marcaram o processo de reforma e abertura, mas pouco são analisadas pelas pesquisas econômicas. Nesse mesmo texto, o autor argumenta também que o crescimento chinês foi puxado, desde de 1950, pelo investimento doméstico e estatal. Critica, com isso, as teses que ressaltam as exportações enquanto o único elemento determinante na trajetória chinesa<sup>11</sup>. Ao longo dos anos 1980 e 1990, a China passou por importantes transformações econômicas e sociais<sup>12</sup>.

Desde 1978, as “estruturas sociais de acumulação” mudaram amplamente com a dissolução das comunas, com uma veloz urbanização, com a emergência de uma classe capitalista e de um grande setor privado doméstico e internacionalizado, com a formação de um mercado de trabalho, com a comercialização do direito de uso das terras e com a privatização do excedente social. Do mesmo modo, as relações externas mudaram profundamente. Do isolamento autárquico vigente até a década de 1980, a China transformou-se num centro manufatureiro e segundo maior exportador mundial e um dos maiores mercados internacionalizados. Essas transformações ocorreram sem interromper a trajetória de acumulação liderada pelo Estado. (Medeiros, 2013, p.345 )

Nas décadas de 2000 e 2010, outro debate polêmico se apresenta entre os estudiosos da China. O crescimento econômico prolongado e expansão do comércio externo são claras e de fácil mensuração. No entanto, como destaca Medeiro e Mazat (2017), há poucas evidências que relacionam a intensidade da participação em GVCs ao crescimento do produto, o que torna tal análise mais difícil. A divergência na literatura, destaca Nogueira (2012), está na análise do movimento de ascensão na hierarquia das cadeias, ou melhor, se a China alterou sua posição na divisão internacional da produção e do trabalho.

A ampliação da pauta exportadora mais sofisticada, o aumento do valor agregado das exportações processadas, da internacionalização de suas firmas líderes são os aspectos observados recentemente por alguns pesquisadores que apontam a confirmação dessa hipótese. Nogueira (2012) argumenta que “quando se amplia a análise não só do estudo de caso do iPod e revisa-se também a literatura recente que utiliza dados da pauta total chinesa, a conclusão é que o país tem expandido a

---

11 “ para algumas interpretações, a China, com exportações em torno de 40% da renda, seria um caso de export-led tal como diversas economias dinâmicas da Ásia. Entretanto, tal medida é ilusória. Em uma economia que exporta muito, mas que também importa muito, como é o caso da China (ou do México), com suas plataformas de exportação, o multiplicador das exportações vaza para fora do país. (...). Historicamente, o crescimento econômico chinês apresentou uma rota muito mais estável do que as exportações que apresentaram uma muito maior variação, ao contrário do que se passou com as economias menores asiáticas, em que a correlação entre crescimento do PIB e das exportações foi quase de um para um.” A seguir mostra que “Os investimentos, como se observa nos gráficos 10 e 11, lideraram tanto o movimento tendencial quanto os ciclos econômicos”. (Medeiros, 2013, p.465)

12 Para mais detalhes dessas transformações, ver, por exemplo, Michael Marti (2007). A China de Deng Xiaoping,; Chen, (2006). ‘Privatization and its discontents in Chinese factories’, dentre outros.



agregação de valor das suas exportações, especialmente a partir da última década.” p.(21). A autora mostra que o valor adicionado domesticamente pelas exportações, ou melhor, o valor adicionado das exportações processadas em relação aos insumos importados, para processamento passou de 17,8% em 1993 para 43,8% em 2011, tendo o pico em 2009 com 45,1%.

Outro aspecto da análise, destacado pela autora, é a maior sofisticação da pauta exportadora e a redução do valor adicionado doméstico na exportações ordinárias. Esse movimento aponta para um crescimento da participação da indústria pesada e redução da têxteis e bens básicos, em geral de baixo conteúdo tecnológico. Além disso, observa-se também um crescimento do uso de insumos intermediários fabricados na China por joint ventures ou empresa com capital total estrangeiro, o que faz com o conteúdo doméstico dessa produção aumente. Nogueira (2012) conclui que

a melhora no valor agregado das exportações chinesas veio acompanhada de dois fenômenos importantes para a ascensão do país na hierarquia das cadeias globais de valor: houve um aumento expressivo no conteúdo doméstico das exportações processadas e uma crescente participação das exportações ordinárias em segmentos tecnologicamente mais sofisticados, especialmente da indústria pesada. Tal aumento no conteúdo doméstico das exportações processadas foi causado por fenômenos distintos, dependendo dos setores observados. **Em alguns, como computadores, o comportamento foi puxado por firmas estrangeiras que levaram para a China etapas mais sofisticadas do processo de produção.** [...] Em outros casos – o segmento de telecomunicações é emblemático –, **a melhora no conteúdo doméstico veio com o aumento da participação da indústria de capital chinês no total exportado.** Neste caso, o crescimento no valor adicionado total é muito mais significativo que o comportamento do segmento de computadores, por exemplo. **O fundamental é que a agregação de valor veio com a formação de firmas líderes, e não apenas com a inclusão de componentes mais sofisticados nos trabalhos das EMS ou ODMs.** (Nogueira, 2012, p. 2, meus grifos)

A expansão, diversificação e sofisticação do comércio exterior chinês e a rápida formação de importantes empresas líderes é resultado de um conjunto de políticas econômicas com forte orientação do Estado, que estabeleceu, por exemplo, níveis elevadíssimos de investimento e controle de capitais, submetendo grande parte delas a uma agressiva política industrial e tecnológica<sup>13</sup>. Dessa forma, Nogueira mostra que

a China teria combinado a estratégia de processamento de exportações com a busca de maior autonomia doméstica. Pôde-se manter uma concomitante expansão do VA industrial graças às ativas políticas de absorção tecnológica e de elevação dos salários industriais urbanos. Ademais, o rápido crescimento do seu mercado interno tem permitido ao país ultrapassar os limites decorrentes de uma especialização centrada em baixos custos do

---

13 Para mais detalhes dessas políticas, Nogueira (2015)

trabalho e aberto valiosas oportunidades de expansão para suas nascentes marcas nacionais. (Nogueira, 2012, p. 7)

Tanto os esforços de mudanças na estrutura produtiva quanto expansão dos capitais chineses em diversas regiões se insere nessa estratégia de busca por maior autonomia, seja tecnologia, energética ou alimentícia. Junto com as políticas de complexificação da pauta exportadora, a consolidação de marcas e de tecnologias próprias parecem importantes em uma estrutura produtiva fragmentada.

## **A expansão chinesa no mundo**

Em paralelo ao seu rápido e pujante dinamismo interno, a China amplia seu poder econômico, financeiro, político e militar sob diversas regiões do globo, ocupando posições cada vez mais relevantes. A internacionalização chinesa, orientada pelo Estado, teve incentivos às empresas locais, públicas e privadas, via mecanismos de financiamentos<sup>14</sup> e outros para a realização de volumosos investimentos diretos no exterior<sup>15</sup>. Na região do sudeste asiático, por exemplo, nos megaprojetos de infraestrutura transnacionais atuam tanto as grandes empresas chinesas de construção civil quanto os bancos públicos e fundos de investimentos, em um movimento conjunto, que tem efeitos positivos em outros setores da economia chinesa, além de estimular uma intensa integração regional<sup>16</sup>. Possibilita, dentre outros, a redução de custo de transporte para escoar a produção em todos os níveis. Em um contexto de ampliação da fragmentação dos processos produtivos, a construção de redes de escoamento se tornam ainda mais importantes. Dessa forma, além da função de aumentar a rotação do capital, esses megaprojetos são meios de forjar novos espaços de valorização do capital, em um contexto em que na China a construção civil parece dar sinais de superprodução.

---

14 “Dois bancos de desenvolvimento – Banco de Desenvolvimento da China e Banco de Exportação e Importação da China – se destacaram no apoio às estratégias de internacionalização das empresas, bem como ao fomento de operações no exterior. Eles fornecem crédito para exportação e importação, cartas garantias, liquidação de operações de comércio exterior, empréstimos para contratos de construção e projetos de investimento no exterior, financiamento concessional (subsidiados pelo governo chinês), empréstimos interbancários internacionais e outros serviços. Ademais, pelo lado das instituições bancárias, sobressai o aprendizado de expertises internacionais, boas práticas de governança e de gestão de risco etc.” (Cintra e Silva, 2015, p.463)

15 Valeria aqui um estudo desse movimento a partir da teoria do imperialismo e seus desdobramentos contemporâneo.

16 “Além dessa estratégia adotada pelas multinacionais dos países desenvolvidos, outro elemento explicativo da ampliação da integração regional asiática é o investimento externo chinês realizado nos países do seu entorno. [...] Projeta-se que as empresas chinesas, incluindo Hong Kong, deverão investir no mundo cerca de US\$ 1,25 trilhão nas próximas décadas, sendo boa parte desse investimento realizado no entorno asiático, em construção de estradas, barragens, redes de energia elétrica e em segmentos do setor manufatureiro. [...] O programa de desenvolvimento do Grande Mekong é apoiado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e tem a China como maior financiador dos projetos de infraestrutura (rodoviária, ferroviária, marítima, telecomunicações, redes de energia, comércio e investimento) [...]. A estratégia China plus one e o investimento direto chinês, articulados aos megaprojetos de infraestrutura, têm ampliado a integração econômica da China com o seu entorno (sudeste asiático) e aprofundado os elos regionais das cadeias produtivas globais.” (Pinto, 2015, p.86/87)

Após os impactos da crise asiática de 1997, os debates do 16º Congresso do Partido Comunista Chines em 1999 apontaram para alterações no sistema financeiro e produtivo. Nesse contexto, através no programa Going Global, tem início um movimento mais significativo de internacionalização chinesa. A estratégia do Estado chinês visava articular “por um lado, o controle dos fornecedores de energia e alimento e, por outro, a expansão em setores em que as empresas industriais chinesas têm se desenvolvido – automóveis, informática, telecomunicações etc. –, mesmo quando ainda existe amplo mercado doméstico para ser explorado.” (Acioly, Pinto e Cintra, 2011, p. 328).

O objetivo da política Going Global era criar uma série de estímulos aos investimentos externos, como políticas de financiamento, flexibilizando e criando novas regras, sem contudo perde o controle do processo. A expansão produtiva chinesa para o exterior, assim como ampliação da indústria de processamento de manufatura e o estímulo de IDE<sup>17</sup>, teve como orientação os objetivos da política industrial e da sustentabilidade do balanço de pagamentos. Dessa forma, o ritmo e a direção do investimento direto externo foi conduzido pelo Estado, através de inúmeras formas de incentivo<sup>18</sup>, de acordo com as estratégias industriais de inserção em determinadas cadeias produtivas e com o acúmulo de reservas<sup>19</sup>.

A internacionalização dos capitais chineses se intensifica em 2006, mas parece ganhar magnitude e importância no pós-crise internacional. As crises capitalistas são momentos em que a concentração e a centralização de capitais e a exploração da força de trabalho se intensificam, podendo reorganizar as hierarquias entre os grandes grupos econômicos.

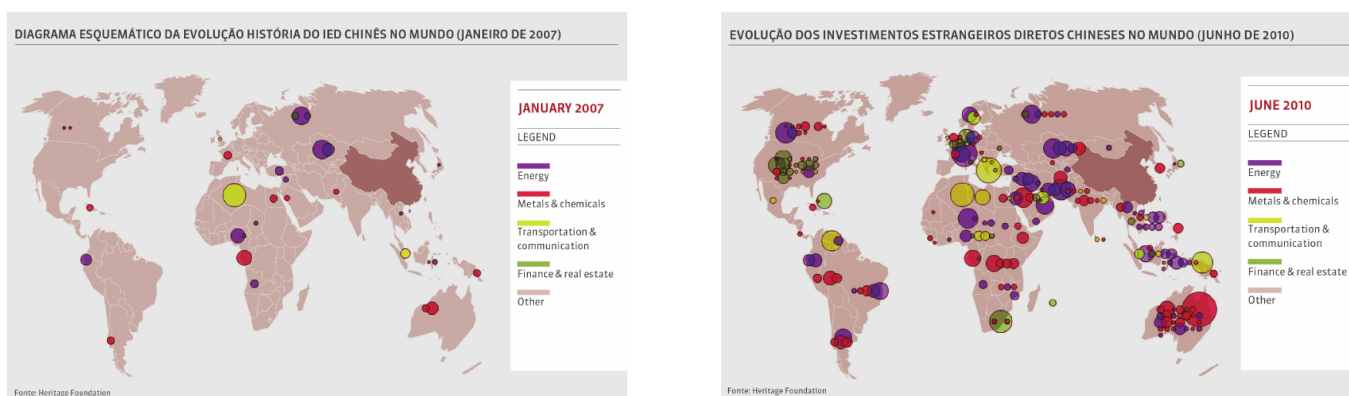
---

17 “Seu objetivo é atrair dólares para evitar desequilíbrios e crise nas contas externas e absorver know how produtivo, gerencial e de marketing. Acima de tudo, busca-se adquirir tecnologia, abrindo-se a possibilidade de subida na escala de agregação de valor em etapas subsequentes, via sofisticação desta própria indústria de processamento – nacionalizando-se a produção dos componentes de maior valor agregado – e, preferencialmente, pela criação de marcas líderes nacionais.”. (Nogueira, 2012, p.19/20).

18 Ver Nogueira, 2015.

19 Acioly, Pinto e Cintra, 2011

## Diagrama 1- Evolução do IED Chinês no Mundo 2007 e 2010



Fonte:Heritage Foundation

Elaborado pelo CEBC no relatório “Investimentos Chineses no Brasil Uma nova fase da relação Brasil-China”, de maio de 2011.

Em especial, a partir de 2010, há uma significativa expansão dos investimentos chineses no mundo, como mostra o diagrama acima, que se coadunam com as estratégias e necessidades no novo período, expressas no XII Plano Quinquenal de 2011.

Os tensionamentos do padrão de acumulação chinês e os impactos, diretos e indiretos, da crise capitalista recente fizeram com que através do XII Plano Quinquenal, os eixos e a velocidade do crescimento chinês fossem alterados<sup>20</sup>. Desde então, o crescimento, como apontado acima, foi fortemente puxado pelos investimentos domésticos, tendo as exportações dinamismo considerável, além de ser altamente concentrador de renda. O novo padrão de crescimento proposto teria como objetivo ser “mais equilibrado, coordenado e sustentável”.

Nesse sentido, as políticas fiscal e monetária chinesas configuradas após a crise e, sobretudo, o XII Plano Quinquenal (2011-2015), aprovado em 12 de março de 2011 pela APN, não deixam dúvidas sobre a tentativa de o governo chinês ajustar o padrão de crescimento por meio do reforço de ampliação do consumo das famílias, sobretudo as de baixa renda, e da desconcentração regional dos investimentos para sustentar o crescimento de longo prazo e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades. (Acioly, Pinto e Cintra, 2011, p.312)

Um crescimento orientado pelo consumo das famílias em uma economia como a China estabelece uma série de novos desafios e torna ainda mais importante outros que vinham sendo tratados nos planos quinquenais anteriores. Como uma melhor distribuição de renda, o consumo familiar no geral e em alimentos e energia, além das questões ambientais, tendem ampliar a

20 Assim como no pós-crise asiática, a economia chinesa responde alterando e se adaptando os rumos da acumulação capitalista.

dependência externa chinesa por essas mercadorias e por matéria-prima<sup>21</sup>, ressaltam Acioly, Pinto e Cintra (2011). Nesse sentido, das sete novas áreas estratégicas do plano quinquenal, ao menos três delas se relacionam com desenvolvimento de tecnologias relacionadas à sustentabilidade ambiental e energética e buscam criar meios para dinamizar a acumulação. Os investimentos externos chineses atuam na direção

Em suma, após uma década em que a China se expandiu vertiginosamente e ocupou posições cada vez mais importantes no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e global, o sistema interestatal capitalista atravessa uma transformação tectônica. Neste movimento, parece cada vez mais claro que a China planeja forjar uma nova fase da globalização, em que suas empresas tornam-se atores (players) globais, capazes de definir os padrões e as marcas internacionais de propriedade – Owned by China – propriedade das corporações chinesas (Diegues, 2015) – e condicionar a dinâmica da economia internacional. Enquanto se torna o parceiro comercial predominante de muitos países, a China amplia seus investimentos no exterior e expande seu poder econômico, que ancora a formatação das regras e das instituições internacionais. [...] Da mesma forma, há sinais de transbordamento do seu capital monetário e bancário para além de suas fronteiras. A moeda e as finanças vão ocupando novas posições no cenário mundial, dada a política de internacionalização do renminbi, da praça financeira de Xangai, de um mercado offshore em Hong Kong e a política de expansão das operações de empréstimos dos grandes bancos estatais. (Cintra, Silva Filho e Pinto, 2015, p.30/31)

Nesse processo de expansão, a internacionalização dos capitais chineses amplia vínculos comerciais, financeiros e de investimento com diversos países, além de ser uma via relevante para modernizar o conteúdo tecnológico das suas exportações e de suas empresas, criar marcas mundiais e construir firmas líderes das CGV's, compondo o plano estratégico chinês. Vejamos agora com essa expansão chinesa no Brasil.

---

21 “A mudança no padrão de crescimento não é tarefa simples e o governo chinês sabe dessa dificuldade, ainda que este disponha, em boa medida, de instrumentos governamentais e recursos para realizar essa transição. Há, no entanto, três variáveis que podem dificultar esse processo e que não estão sob controle do Estado chinês: alimentos, matérias-primas e recursos energéticos. Essa mudança do padrão de crescimento que virá acompanhada de uma desaceleração do crescimento (entre 2% e 3%), por um lado, tende a gerar desaceleração do ritmo de crescimento da demanda de matérias-primas e energia, mas mesmo assim a quantidade de recursos demandados será elevada. Por outro lado, a tentativa de mudança na composição do crescimento – redução da participação do investimento no PIB com elevação do consumo das famílias e ampliação dos serviços públicos e da seguridade social – tende a gerar aumento no consumo de alimentos e de bens de consumo. Isso porque o possível aumento da renda dos mais pobres – que possuem maior propensão a consumir – poderá gerar o aumento da demanda dos produtos direcionados a esse segmento, mesmo com a desaceleração do crescimento do PIB.” (Acioly, Pinto e Cintra, 2011, p.313)

## Os investimentos chineses no Brasil

A presença da China no mercado brasileiro não tem o mesmo dinamismo que o comércio bilateral entre os dois países, no entanto cresce a um ritmo considerável. Mensurar esse movimento é um trabalho de pesquisa difícil, na medida em que muitos dos investimentos chineses utilizam de espaços financeiros fora da China para fazer tais operações, ficando registrada a última localidade que o capital passou. Leão<sup>22</sup> (2015) destaca que o Censo de Capitais Estrangeiros, elaborado pelo Banco Central do Brasil, e os dados apurados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) buscam reduzir esse problema. Apresentaremos a seguir um estudo inicial desses dados<sup>23</sup>.

Os dados do Censo de Capitais Estrangeiro apontam para um crescimento de 55% no estoque do investimento chinês em 5 anos, passando de 7,8 bilhões em 2010 para 12,2 bilhões em 2014. No entanto, esse montante ainda representa uma parcela pequena do total dos capitais estrangeiros, variando de 1 a 2% do total ao longo de 2010 a 2014<sup>24</sup>. Leão ressalta que

O que importa notar, de todo modo, é que embora o estoque de investimento chinês ainda se situe abaixo daqueles de investidores tradicionais, acumulados ao longo de décadas, o fluxo anual de capitais da China vem se acelerando e atualmente já coloca o país entre os dez principais investidores no Brasil. Mantido esse ritmo, a posição chinesa no ranking deve continuar a subir, sobretudo se houver investimentos em infraestrutura. Na outra ponta, são ainda modestos os investimentos brasileiros na China, não chegando a alcançar US\$ 400 milhões, de acordo com o Censo do BCB (Capitais Brasileiros no Exterior) para o período 2007-2013. (Leão, 2015, p.12)

Já o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em seu relatório de novembro de 2016, mostra a trajetória dos investimentos chineses no Brasil, a partir de 2007, destacando as diferentes fases e setores de produção, a partir da análise dos anúncios e confirmações dos projetos. Destacam que os investimentos chineses ganham dinamismo a partir de 2010, “ano que marca a descoberta do Brasil, por parte das empresas chinesas, como um potencial destino para investimentos externos.” (p.13), ano de expansão chinesa não apenas no Brasil mas em diversas regiões como mostra o diagrama da seção anterior. No entanto, como mostra o gráfico 1, há uma desaceleração nos anos seguintes, voltando a crescer apenas em 2015, além de uma discrepância entre o valor dos projetos e do confirmado em 2010.

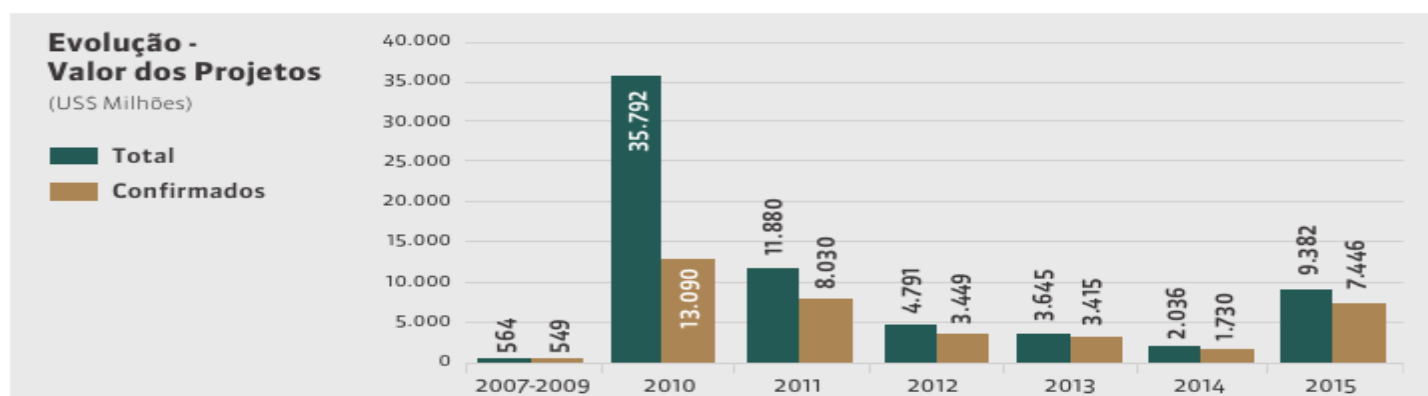
---

22 Valdemar Carneiro Leão, embaixador do Brasil na República Popular da China, e escreveu o prefácio do livro “China em transformação” de 2015.

23 Investigações adicionais seriam importantes para compreender alguns movimentos.

24 Segundo o relatório “Investimentos chineses no Brasil 2014–2015” do Conselho empresarial Brasil-China, de 2016, o Brasil também está longe de ser os maiores receptores do investimento chinês.

**Gráfico 1 - Evolução dos projetos de investimento chinês no Brasil – 2007-2015**



Elaborado pelo CEBC no relatório “Investimentos chineses no Brasil 2014–2015”, de novembro de 2016

Entre 2007 e 2009, alinhado com a orientação geral chinesa de busca de recursos naturais no mundo, os investimentos no Brasil eram pequenos e se concentraram nas indústrias extrativas e nas atividades diretamente ligadas aos produtos que constituem a maior parte da pauta de exportação do Brasil para a China, destaca o CEBC. Movimento que, segundo o censo do BCB, continua importante em todo o período 2010-2014.

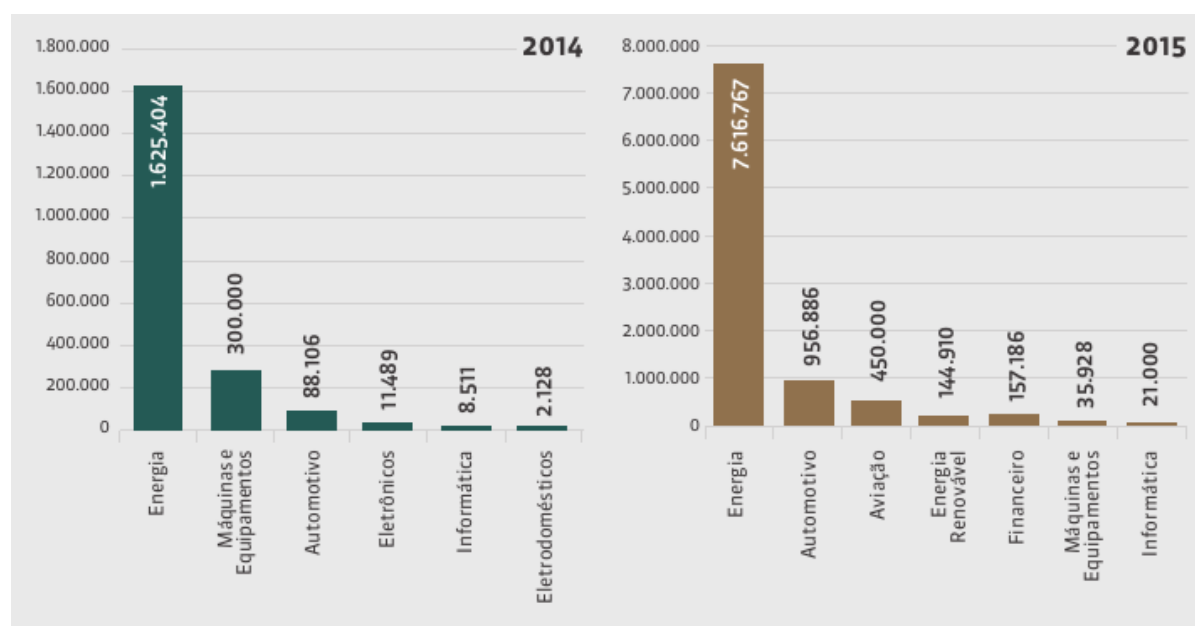
Segundo o relatório de 2016 do CEBC, entre 2011 e 2013, as empresas chinesas passam a atuar mais na área industrial, com “destaque para o setor automotivo e o ingresso de montadoras chinesas (Chery), de máquinas e equipamentos (Sany), além de alguns setores de tecnologia mais avançada, principalmente com a expansão das atividades de empresas dos setores de eletrônicos e comunicação (Huawei, Lenovo)”. (p.13) Já os dados do censo BCB apontam para um crescimento expressivo apenas em 2013-2014 nos investimento na indústria de transformação.

Para o biênio 2014 e 2015, o conselho empresarial em seu relatório de 2016 aponta para um declínio ainda maior em 2014<sup>25</sup> e uma considerável recuperação em 2015 dos investimentos chineses. Para o ano de 2014, “Uma das explicações para esse fenômeno está associada à consolidação de projetos anunciados em anos anteriores, que agora estão em fase de efetivação.” (p.15). Já para o ano de 2015, “Uma das razões para esse movimento está vinculada a veloz depreciação da moeda brasileira, que apresentou um cenário atrativo aos investimentos externos no País.” (p.19). Além disso, vale destacar nesses anos a forte presença de empresas privadas, diferente dos períodos anteriores<sup>26</sup> em que predominavam capitais chineses de empresas estatais.

25 Os dados do censo do BCB apontam para um pequeno crescimento no ano de 2014, puxado por uma expansão considerável da atividade financeira.

26 Ver Gráfico 8 do relatório 2016 do CEBC.

**Gráfico 3 – Distribuição setorial dos projetos de investimento chinês no Brasil, em valores, de 2014 e 2015**



Fonte: Lista consolidada CEBC

Elaborado por Relatório CEBC, novembro de 2016, p18 e 19.

O biênio citado acima teve na atividade de energia a área de maior montante em projetos de investimento. O setor automotivo, energia renovável, financeira e de máquinas e equipamentos também tiveram destaque<sup>27</sup>, como mostra o gráfico abaixo. Setores esses que se inserem na estratégia chinesa de construção de firmas líderes, expansão tecnológica, internacionalização da moeda e domínio de fontes energéticas. Vejamos mais detalhadamente algumas dessas operações relatadas pelo CEBC.

Os investidores chineses expandiram com vultosos montantes na área de produção e transmissão de energia elétrica<sup>28</sup>. A empresa chinesa China Three Gorges, em 2014 e 2015, via associação, compra de participação no projeto ou no controle ou via vitória em licitações e leilões esteve presente na construção e/ou operação das Usina Hidrelétrica de São Manoel, Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão, Usina Hidrelétrica de Salto, Usinas Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, adquiriu Usina Hidrelétrica de Garibaldi e comercializadora de energia. Ao final de 2015, a

27 Vale destacar “[n]a área tecnológica, houve investimentos no setor de informática feitos pelo Baidu, que, recém-chegado, não só estabeleceu um escritório em São Paulo, mas também adquiriu o site Peixe Urbano”(p.18). E também “[o] setor de aviação contou com investimentos chineses em 2015. O grupo chinês HNA anunciou a compra de 23,7% da Azul Linhas Aéreas, o que dá aos chineses o direito a um assento no conselho de administração da companhia brasileira.”(p.20).

28 “O setor de energia liderou, com grande folga, os investimentos nos dois anos. Parte da explicação para esse fenômeno está ligada ao fato de que investimentos no setor de energia – feitos, no caso, por State Grid e China Three Gorges - são particularmente volumosos, por se tratarem de projetos de infraestrutura que demandam grande mobilização de recursos. Além disso, soma-se o fato de as empresas chinesas terem também adquirido, via leilão, a concessão para operar no Brasil, e até mesmo o controle de outras empresas do setor que já operavam no País.”(p.20).



CTG Brasil se tornou a segunda maior geradora de energia com capital privado no país, segundo o relatório da CEBC de 2016.

A empresa estatal chinesa State Grid, empresa com participação majoritária no consórcio IE Belo Monte, venceu, em 2014, o leilão da construção da primeira linha de transmissão do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. “Essa linha de transmissão de Belo Monte terá 2,1 mil quilômetros de extensão e duas estações conversoras em extra-alta tensão, um modelo tecnológico em 800 kV ainda inexistente no Brasil, mas no qual os chineses têm experiência.” (p. 25). A segunda linha de transmissão ficará sob responsabilidade da também State Grid Brazil Holding<sup>29</sup>.

A presença chinesa no setor de energia renovável brasileira, ainda reduzida, foi ampliada em 2015, tanto no anúncio de novos investimentos para uma unidade de montagem de painéis solares da empresa BYD, quanto na aquisição pela CTG Brasil, subsidiária da China Three Gorges Corporation, de 49% do capital de 11 parques eólicos em operação e desenvolvimento da portuguesa EDP Renováveis.

Nos investimentos em projetos eletrônicos, a Huawei anunciou uma parceria para investimento em PeD para a inovação em 4G no Brasil, em 2014. “O objetivo do projeto é desenvolver tecnologias de software inovadoras, baseadas na plataforma de serviços da Huawei para uso em redes LTE.” (p.2) A chinesa ZTT, especializada na produção de material de fibra ótica, investiu em uma unidade fabril em Alagoas, em parceria com a empresa brasileira Solverde que já comercializava cabos de fibra ótica, estimulada pelos incentivos fiscais e creditícios da região. A ZTT é a maior fabricante de material de fibra óptica do mundo e a fábrica de cabos em Alagoas pretende vir acompanhada de outros investimentos em mais duas fábricas<sup>30</sup>.

No setor financeiro, os bancos chineses se estabeleceram no Brasil e/ou adquiriram participação acionária em bancos brasileiros e/ou com atuação no Brasil, movimento que se insere na estratégia de internacionalização de sua moeda, além de beneficiar/facilitar/estimular o comércio e os investimentos bilaterais. Por exemplo, em 2014, o Banco Espírito Santo de Investimento (Besi), que possuía operação no Brasil, passou a ser controlado pelo banco chinês Haitong, que adquiriu 80% do seu capital<sup>31</sup>. Segundo relatório CEBC (2016), “o objetivo do banco chinês é usar a

---

29 Além desses investimentos, a chinesa Shandong Electric Power Construction Corporation tem um projeto, aprovado pela ANEEL, de construção de uma termelétrica em parceria com uma empresa brasileira, Ouro Negro Energia, é esperado apenas a licença ambiental. Para mais detalhes ver relatório CEBC, 2016.

30 Destaca-se também o projeto de expansão para a produção de forno de micro-ondas da empresa Midea, que já produz ar-condicionado no Brasil.

31 Essa movimentação não explica o crescimento na atividade financeira aponta pelo censo do BCB. O Relatório do CEBC comenta que em 2014 “[h]ouve também investimentos no agronegócio e na área financeira, porém, não foi possível contabilizar os valores provenientes de tais empreendimentos no Brasil por se tratarem de aquisições globais de empresas estrangeiras presentes no País.” (p.20)

capilaridade do Besi para expandir sua presença ao redor do mundo e entrar em novos mercados, incluindo o Brasil.” (p. 25). Já, em 2015, Bank of Communications comprou 80% das ações de emissão do banco BBM, banco que sofreu impactos da crise econômica de 2008<sup>32</sup>, compondo “a lista de bancos chineses presentes no Brasil, ao lado de grandes instituições como Bank of China, Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), China Construction Bank e China Development Bank.” (p.19)

Ainda no setor financeiro, o relatório destaca a criação em 2015 de um fundo de investimento de infraestrutura e logística para América Latina. A *joint-venture*, sob o nome de MDC, reúne a China Communications Construction Company (CCCC), o Banco Modal e a australiana Macquarie Capital e terá suas atividades concentradas nas obras ligadas à construção de portos, rodovias e ferrovias.

Quanto ao agronegócio, um dos setores mais dinâmicos na relação Brasil-China, sobretudo pela exportação de produtos agrícolas (soja, celulose, açúcares, carnes e outro), os investimentos não têm sido tão expressivos como a relação comercial e os investimentos de outros países. Em 2014 e 2015, algumas aquisições tendem a alterar essa trajetória, de acordo com a CEBC.

A compra de 51% da holandesa Nidera pela COFCO, maior empresa do setor de alimentos da China, colocou a chinesa como uma das principais indústria agrícola do mundo, controlando desde a produção de sementes até importantes redes de comércio. A Nidera tem forte atuação no Brasil, sendo um dos principais produtores de sementes de soja e milho, além de possuir terminais de grãos e armazéns regiões produtoras de soja. Além dessa aquisição, em 2016, a COFCO comprou Noble Agri (em um primeiro momento comprou 51% das ações e recentemente adquiriu o restante), expandindo ainda mais sua participação no mercado internacional de grãos. No Brasil, a Noble Agri possuía processamento e armazenamento de sementes, de açúcar, produção de etanol e terminais portuários em Santos. Dessa forma, observa-se que ambas empresas tinham ampla atividade no Brasil e que a COFCO tornou-se, assim, uma empresa com capacidade de atuar globalmente ao longo de toda a cadeia produtiva agrícola.

Tendo isso em vista, é importante investigar também a expansão da presença chinesa na compra de terras no Brasil<sup>33</sup>, transação que não foi mencionada no Relatório do CEBC e subregistrada no censo do BCB. Essa operação como as outras envolve difícil mensuração, devido o

---

32 Ver <http://www.bancobbm.com.br/institucional/historico.aspx>

33 “As medidas adotadas para atender a demanda interna por recursos naturais são variadas, mas as aquisições de terras e de empresas no exterior são um importante indicador da necessidade dos chineses por tais recursos e de sua estratégia de garantia de autonomia no abastecimento interno de matérias primas e da soberania alimentar. ” (Nakatani et al, 2015, p. 62)

uso de países como plataforma para dali expandir a compra de ativos. Nakatani et al (2015) destaca que, na América latina, uma série de aquisições de terras computadas como sendo feitas por capitais argentinos são chineses<sup>34</sup>. Além disso, esses autores comentam que, no caso brasileiro, a legislação de compra de terras gera obstáculo à expansão desse tipo de operação, questão que tem sido alvo de debates e tende a ser resolvida em breve<sup>35</sup>. Destacam que

Não obstante, assim como em diferentes partes do mundo, a ofensiva sobre as terras e recursos brasileiros foi, no período recente, capitaneada pela China. Alguns exemplos ilustram esse movimento. Em 2007, a filial brasileira da empresa chinesa Zhejiang Fu Di adquiriu 16 mil hectares no Estado do Tocantins, além de outras grandes áreas no sul do País (LANGALLIER, 2011). Em maio de 2010, o Grupo Pallas International (formado por investidores privados, mas com forte presença do governo chinês) assinou com o governo baiano um protocolo de intenções para a aquisição de duzentos a duzentos e cinquenta mil hectares no oeste do estado e na fronteira entre os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, com o objetivo de produzir grãos para exportação, além de atuar no segmento de biocombustíveis em parceria com produtores locais (INÁCIO, 2010). Quase um ano depois, em março de 2011, o governo baiano anunciou outro projeto na mesma região, onde a empresa estatal chinesa Chongqing Grain Group efetuará investimentos no montante de quatro bilhões de reais no município de Barreiras, em uma unidade de processamento de soja, uma de produção de fertilizantes e um porto seco. Mesmo tendo voltado atrás, chegou-se a anunciar que a empresa compraria duzentos mil hectares na região (ESTADÃO, 2011). (Nakatani et al, 2015, p.69/70)

De forma geral, observamos que nos últimos anos a expansão de capitais chineses no Brasil contempla a entrada de empresas chinesas, a aquisição de empresas brasileiras e/ou com atuação no Brasil, a criação de fundo de investimentos para atuação local ou o estabelecimento de parcerias, parece contribuir, por um lado, para alterar a estrutura proprietária da economia brasileira em diferentes ramos e, por outro, para estratégia chinesa de autonomia em alimentos, recursos naturais e expansão de tecnologia própria. No entanto, como o estoque de investimento chinês ainda é relativamente reduzido, é preciso matizar tais possíveis efeitos.

## **Considerações Finais**

De forma geral, a fragmentação produtiva e seus impactos parece ser dividida em três momentos: da década de 1980 aos anos 2000, dos 2000 aos 2008 e dos 2008 até hoje. No primeiro período, observa-se a implementação e difusão de um padrão tecnológico, produtivo e legislativo.

---

34 Nakatani et al (2015) aponta também para o movimento especulativo em torno da compra de terras, em especial depois da crise de 2007/2008.

35 Ver, por exemplo, a notícia de 16 de fevereiro de 2017 publicada no Valor Econômico “Meirelles diz que venda de terras a estrangeiros começa em 30 dias”

No segundo, ocorre a consolidação desse movimento com inserção chinesa. No último período, o crescimento anterior e os efeitos da crise parece ter gerado saltos qualitativos estrutura produtiva e propriedade e acirramentos geopolíticos.

A estratégia chinesa de expansão, para além de suprir as demandas e limites da dinâmica interna, aproveitou o momento de ativos desvalorizados e, junto com os esforços anteriores, contribuiu para ascensão em cadeias produtivas e para ampliar sua influência geopolítica. Os tensionamentos gerados por essas transformações parecem se expressar nos últimos resultados eleitorais norte-americanos, de forma mais geral, e nos latentes conflitos regionais.

Vale destacar, por fim, que esse trabalho é um primeiro esforço em organizar esse movimento. As transformações dos últimos anos merecem maior atenção para que possamos compreender melhor a turbulenta conjuntura.

## **Referências Bibliográficas**

Acioly, L, Pinto, E, Cintra, M. (2011). China e Brasil: oportunidades e desafios, In: Leão, R.; Pinto, E.; Acioly, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea.

Castilho, M , Corrêa, L e Pinto, E. (2016) **Mapeamento dos padrões de atuação dos países nas Cadeias Globais de Valor e os ganhos em termos de mudança estrutural** Texto para Discussão 031|2016. Rio de Janeiro: IE-UFRJ

CEBC. (2011) Investimentos Chineses no Brasil Uma nova fase da relação Brasil-China.

\_\_\_\_\_. (2013) Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012

\_\_\_\_\_. (2014) Boletim de Investimentos Chineses no Brasil 2012 – 2013

\_\_\_\_\_. (2016) Investimentos chineses no Brasil 2014–2015

Cintra, M, Silva, E e Pinto, E. (2015) “Introdução” em Cintra, M, Silva Filho, E e Pinto, E (org.) **China em Transformação: transformação dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Brasília, IPEA.

Cintra, M e Silva, E. (2015). “O Sistema Financeiro Chinês: A Grande Muralha. em Cintra, M, Silva Filho, E e Pinto, E (org.) **China em Transformação: transformação dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Brasília, IPEA.

Corrêa, L, Fiani, R e Pinto, E. (2016) **Dimensões da abordagem da cadeia global de valor: upgrading, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual.** Texto para Discussão 013| 2016 . Rio de Janeiro: IE-UFRJ

Fontes, V. (2010) **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ.

Leão, V. (2015) “Prefácio” em Cintra, M.; Silva Filho, E. e Pinto, E (org.) **China em Transformação: transformação dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Brasília, IPEA.

Medeiros, C. (2008). **A Economia Política da Transição na China e o Colapso da União Soviética.** Versão Provisória exposta em seminário. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0605.pdf>

\_\_\_\_\_. (2013) “Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa” em **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Medeiros, C e Trebat, N. (2017). **Finance, Trade, and Income Distribution in Global Value Chains: Implications for Developing Economies and Latin America.** Texto para Discussão 002| 2017 . Rio de Janeiro: IE-UFRJ

Nakatani, P., Faleiros, R. , Vargas, N. , Nabuco, P. Gomes, H e Trindade, R. (2014) **A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo.** Revista Textos & Contextos. Porto Alegre.

Nogueira, I. (2012) **Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo.** Revista Tempo do Mundo. Rio de Janeiro: Ipea

\_\_\_\_\_. (2015) Políticas de fomento à ascensão da China nas cadeias de valor globais. em Cintra, M.; Silva Filho, E. e Pinto, E (org.) **China em Transformação: transformação dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Brasília, IPEA.

Pinto, E. (2015).A Integração econômica entre a china e o vietnã: estratégia China plus one, investimentos e cadeias globais em Cintra, M.; Silva Filho, E. e Pinto, E (org.) **China em Transformação: transformação dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Brasília, IPEA.

Reis, C e Almeida, J. (2014) **A inserção do Brasil nas cadeias globais de valor comparativamente aos BRIICS.** Texto para Discussão n. 233. Campinas: IE/UNICAMP.